

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 03.582.243/0001-73

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Srs. Acionistas: Conforme disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Contábeis, incluindo Notas Explicativas, e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

Ativos	Nota	2016	2015	Passivos	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.144	1.667	Empréstimos e financiamentos	14	2.405	7.009
Investimentos financeiros	6	565	446	Fornecedores	15	4.833	4.053
Contas a receber de clientes	7	39.077	34.856	Concessionária de tratamento de esgoto	16	11.241	8.425
Estoques	8	7.697	9.647	Cauções de fornecedores		574	446
Impostos e contribuições a recuperar	9	1.074	2.363	Obrigações fiscais	17	1.570	1.147
Outras contas a receber		572	639	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	18	7.183	6.923
Despesas diferidas		196	138	Adiantamento de clientes Projeto CERJU	19	162	231
Total do ativo circulante		51.325	49.756	Outras obrigações	20	3.022	2.737
Contas a receber de clientes	7	732	1.194	Total do passivo circulante		30.990	30.971
Impostos e contribuições a recuperar	9	422	42	Empréstimos e financiamentos	14	8.934	9.516
Ativo fiscal diferido	10	5.757	5.412	Adiantamento de clientes Projeto CERJU	19	6.500	6.500
Depósitos judiciais	23	3.668	3.563	Crédito vinculado - Parque dos Ingás	21	1.147	1.147
Outras contas a receber		267	242	Recursos de terceiros para investimentos	22	1.698	1.406
				Provisões para processos judiciais	23	6.984	6.854
Total realizável a longo prazo		10.846	10.453	Contas a pagar a partes relacionadas	24	1.332	2.814
Investimentos	11	3.305	3.305	Total do passivo não circulante		26.595	28.237
Imobilizado	12	243.476	243.331	Capital social	25	207.715	207.715
Intangível	13	1.813	621	Reservas de lucros	25	45.465	40.543
		248.594	247.257	Total do patrimônio líquido		253.180	248.258
Total do ativo não circulante		259.440	257.710	Total do passivo		57.585	59.208
Total dos ativos		310.765	307.466	Total dos passivos e do patrimônio líquido		310.765	307.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	26	226.732	178.204
Custo dos serviços prestados	27	(147.070)	(134.093)
Lucro operacional bruto		79.662	44.111
Despesas operacionais			
Administrativas e comerciais	28	(74.679)	(51.785)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	727	1.489
		(73.952)	(50.296)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		5.710	(6.185)
Resultado financeiro, líquido	30	(542)	729
Resultado antes dos impostos		5.168	(5.456)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	31	(592)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	31	346	3.431
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		4.922	(2.025)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.922	(2.025)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	4.922	(2.025)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.922	(2.025)
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa:		
Impostos diferidos	(346)	(3.431)
Depreciação e amortização	8.810	7.911
Resultado na baixa de ativo imobilizado	2.675	3.927
Juros e variações cambiais apropriados sobre empréstimos	1.692	1.345
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	1.168	(1.381)
Provisão para processos judiciais	130	63
	19.051	6.409
Variação em ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(4.927)	(3.943)
Estoques	1.950	(519)
Outras contas a receber	41	(77)
Despesas diferidas	(58)	-
Fornecedores	780	230
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	260	1.065
Obrigações fiscais	809	(1.174)
Outros ativos e passivos	2.776	3.314
Imposto de renda e contribuição social pagos	(386)	-
	1.245	(1.104)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	20.296	5.305
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições do imobilizado	(12.822)	(18.181)
Variação de investimentos, poupanças e cauções	(119)	(64)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(12.941)	(18.245)
Fluxo de caixa de atividades das financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	1.480	8.820
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(6.881)	(2.596)
Pagamento de juros e variações monetárias	(1.477)	(1.346)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) decorrente das atividades de financiamentos	(6.878)	4.878
Caixa gerado (aplicado) no exercício	477	(8.062)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.667	9.729
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.144	1.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL
Atividades operacionais: A Companhia foi constituída em 21 de dezembro de 1999, com base na Lei Municipal nº 5.307 de 5 de outubro de 1999. Em 27 de julho de 2000, tendo sido vertido o montante de R\$ 170.516, relativo a parte do acervo líquido apurado com base em laudo de avaliação na data-base de 31 de dezembro de 1999, da autarquia Departamento de Águas e Esgoto - DAE, da Prefeitura do Município Jundiá. A atividade operacional da Companhia teve início em 01 de janeiro de 2000.
A Companhia tem por objetivo:

- Estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas, as obras relativas a construção, ampliação e remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotos do Município de Jundiá;
- Operar, manter, conservar e explorar diretamente os serviços de água e, direta ou indiretamente, os serviços de esgotos sanitários do Município de Jundiá;
- Exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas de água e esgotos, compatíveis com as leis gerais e especiais do Município de Jundiá;
- Promover e realizar todas as atividades correlatas e complementares de sua atividade específica; e
- Participar de outras sociedades que realizem os mesmos serviços em outros municípios ou estados, na qualidade de acionista ou quotista, visando ampliar sua área de atuação e podendo, também, participar de licitação, inclusive em consórcio com outras empresas, para contratação como concessionária destes serviços.

2 BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), conforme pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 11 de abril de 2017.
c. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
d. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 7** - Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa 10** - Ativo fiscal diferido;
- Nota explicativa 12 e 13** - Imobilizado e intangíveis; e
- Nota explicativa 23** - Provisões para processos judiciais.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.
a. Instrumentos financeiros: a.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.
A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo separado.
O Grupo desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legalmente executável de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
a.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração: *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.
Empréstimos e recebíveis: Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.
b. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.
c. Contas a receber de clientes: As contas a receber dos usuários dos serviços de fornecimento de água e saneamento são avaliadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e incluem, também, créditos por serviços prestados e não faturados até a data do balanço, valores a receber de uso da rede.
Quando aplicável, as contas a receber de clientes são ajustadas ao valor presente, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.
O cálculo do valor presente, quando cabível, é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é a receita bruta, no resultado do exercício. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira, apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo

de vencimento da transação.

d. Imobilizado: d.1 Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui o custo de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos. Inclui também quaisquer outros custos diretamente atribuíveis ao ativo até que o mesmo esteja em condições de ser utilizado para seus fins previstos pela Companhia, que incluem custos de desmobilização de itens do ativo e de restauração de *sites* nos quais estes ativos estejam instalados, e custos de empréstimos em ativos qualificáveis. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

d.2 Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.
d.3 Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As taxas anuais de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	2016	2015
Construções civis e benfeitorias	2%	2%
Sistema de abastecimento de água e esgoto	2 a 4%	2 a 4%
Máquinas e equipamentos	8 a 10%	8 a 10%
Móveis e utensílios	8 a 10%	8 a 10%
Equipamento de informática	33%	33%
Veículos de passeio e carga	10 a 20%	10 a 20%
Veículos especiais	10 a 25%	10 a 25%
Tratores	25%	25%
Motocicletas	20%	20%
<i>Softwares</i>	20%	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Durante o exercício de 2015, a Administração revisou a vida útil dos ativos imobilizados, seguindo os requerimentos do pronunciamento técnico contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICPC 10. Esta revisão de vida útil resultou no recálculo e revisão dos valores de depreciação, que foram ajustados retroativamente a partir de 01 de janeiro de 2015 não considerando os efeitos dessa revisão de vida útil a partir de 01 de janeiro de 2010, de acordo com a norma.

e. Ativos intangíveis: Softwares: As licenças de programas de computador ("*softwares*") e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são mensuradas pelo seu valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. A taxa anual de amortização estimada dos ativos intangíveis para os exercício corrente e comparativo é:

	2016	2015
Sistemas de informação	20%	20%

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*): Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data do balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.
A provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes é constituída tendo por base o histórico de perdas que geralmente representam os créditos vencidos há mais de 60 dias, considerados pela Administração como de improvável recuperação.
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.
Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas

razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida por meio do resultado.

Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentou margem bruta positiva. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente, ou tenha informação financeira individualizada disponível.

g. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Benefícios a empregados: h.1 Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.
i. Imposto de renda e contribuição social: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.
As despesas com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.
i.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de balanço.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

j. Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como outras receitas, em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.
As subvenções recebidas do Estado pela Companhia possuem em contrato cláusulas de obrigação de execução da obra que se referem, sendo registradas como obrigações e após o aceite da obra será reconhecida em resultado.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 03.582.243/0001-73

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

10. ATIVO FISCAL DIFERIDO

O ativo fiscal diferido possui a seguinte composição:

	2016				2015
Diferenças temporárias na apuração do resultado tributável	Base	IRPJ 25%	CSLL 9%	Total	Total
Provisão para devedores duvidosos	8.069	2.017	726	2.743	2.346
Contingências cíveis	4.634	1.158	417	1.575	1.444
Contingências trabalhistas	650	163	58	221	309
Provisão de receitas/custos por competência	(7.600)	(1.900)	(684)	(2.584)	(2.792)
Prejuízo fiscal (Base IRPJ)	11.166	2.792	–	2.792	3.018
Prejuízo fiscal (Base CSLL)	11.220	–	1.010	1.010	1.087
Ativos fiscais diferidos, líquido		4.230	1.527	5.757	5.412

O efeito do imposto diferido no resultado de 2016 é de R\$ 346 (R\$ 3.431 em 2015).

11. INVESTIMENTOS

Trata-se de bens que não se destinam à atividade fim da Companhia. Os imóveis foram construídos para abrigar as famílias que estavam em uma área onde foi construída a represa. O terreno para a construção foi doado pela Prefeitura municipal de Jundiáí (ver nota 21). O imóvel foi registrado pelo valor justo do terreno acrescido dos valores de custo da obra de construção.

	2016	2015
Imóveis	3.273	3.273
Obras de arte	32	32
	3.305	3.305

12. IMOBILIZADO

a. Composição

	Custo de aquisição	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	
			2016	2015
Terrenos	28.773	–	28.773	28.316
Construções civis e benfeitorias	69.729	(31.013)	38.716	39.044
Sistema de abastecimento de água e esgoto	225.453	(66.407)	159.046	147.038
Máquinas e equipamentos	18.698	(12.720)	5.978	6.194
Móveis e utensílios, equipamentos de informática	4.828	(3.591)	1.237	1.508
Veículos	5.592	(4.564)	1.028	1.245
Imobilizado em andamento	8.698	–	8.698	19.986
	361.771	(118.295)	243.476	243.331

b. Movimentação do custo

	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo final
Terrenos	28.316	457	–	–	28.773
Construções civis e benfeitorias	67.353	548	–	1.828	69.729
Sistema de abastecimento de água e esgoto	208.894	–	–	16.559	225.453
Máquinas e equipamentos	18.429	445	(177)	1	18.698
Móveis e utensílios, equipamentos de informática	4.635	219	(24)	(2)	4.828
Veículos	5.936	4	(348)	–	5.592
Imobilizado em andamento	19.986	9.740	(2.642)	(18.386)	8.698
	353.549	11.413	(3.191)	–	361.771

c. Movimentação da depreciação acumulada

	Saldo inicial	Depreciação/ amortização	Baixas	Saldo final
Construções civis e benfeitorias	28.309	2.704	–	31.013
Sistema de abastecimento de água e esgoto	61.856	4.551	–	66.407
Máquinas e equipamentos	12.235	638	(152)	12.720
Móveis e utensílios, equipamentos de informática	3.127	481	(18)	3.591
Veículos	4.691	221	(348)	4.564
	110.218	8.595	(518)	118.295

A Companhia aproveita o crédito referente ao PIS e COFINS de acordo com a IN 457/2004.

O total investido em projetos, obras e imobilizações técnicas no exercício de 2016 foi de R\$ 9.740 (R\$ 14.665 em 2015). Das obras em andamento, destacam-se: **a)** Remanejamento de interceptor de esgoto nas ruas 15 de novembro e Pedro Carrilho no valor de R\$ 1.242 em 2016; **b)** Extensão de redes de esgoto nas ruas Daniel Pellizari e João Castilho de Andrade, R\$ 828 em 2016; **c)** Sistemas de esgotamento sanitário diversos, R\$ 2.232 em 2016; **d)** Extensões e remanejamentos de redes e adutoras de água diversas, R\$ 4.098; e **e)** Reformas em casas de bomba, reservatórios e prédio administrativo, R\$ 1.340.

13. INTANGÍVEL

a. Composição

	Custo de aquisição	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	
			2016	2015
<i>Softwares</i>	3.268	(1.455)	1.813	621
	3.268	(1.455)	1.813	621

b. Movimentação do custo

	Saldo inicial	Adições	Saldo final
<i>Softwares</i>		1.860	3.268
		1.860	3.268

c. Movimentação da amortização acumulada

	Saldo inicial	Depreciação/ amortização	Saldo final
<i>Softwares</i>	1.239	216	1.455
	1.239	216	1.455

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Taxa de Juros a.a.	Ano de Vencimento	Passivo circulante		Passivo não circulante	
			2016	2015	2016	2015
Contrato Cap Giro CEF	14,14%	2017	444	2.666	–	445
Contrato Giro Pré Itaú	23,40%	2017	274	2.906	–	274
Caixa Econômica Federal - 426.313-90/14	6,00%	2016-2036	2	–	29	29
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	6,00%	2023	1.493	1.233	8.731	8.382
Caixa Econômica Federal - 183.014-04/06	8,00%	2019	192	204	174	386
			2.405	7.009	8.934	9.516

O cronograma de vencimento dos valores classificados no longo prazo é o seguinte:

Instituição	2018 a 2019	2020 a 2036
Caixa Econômica Federal - 426.313-90/14		29
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07		2.889
Caixa Econômica Federal - 183.014-04/06		174
		3.092

Financiamentos: Os financiamentos representam as fontes de recursos, obtidos junto às instituições financeiras oficiais, para obras de ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgoto. Esses contratos de financiamentos foram captados juntos a Caixa Econômica Federal, que possuem cláusula de vencimento antecipado/rescisão caso os itens em contrato não sejam cumpridos. São exemplos de itens que podem resultar em vencimento antecipado/rescisão:

a. Inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas no contrato;

b. Modificação do projeto sem prévio aviso e expresso consentimento da Caixa Econômica Federal; e

c. Deixar de concluir a obra no prazo contratual.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016 a Companhia atendeu todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos.

15. FORNECEDORES

	2016	2015
Despesas administrativas	1.483	715
Investimento em softwares	872	–
Benefícios a funcionários	711	661
Energia elétrica	533	1.331
Compras para estoques	524	657
Serviços - operação	452	488
Outros	258	201
	4.833	4.053

☆ continuação

K. Receita aperacional:
• **Venda de serviços:** As receitas relativas aos serviços de fornecimento de água e saneamento são contabilizadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e se compõem de tarifas de utilização de água e um percentual desta tarifa correspondente aos serviços de saneamento. Todos os serviços são faturados mensalmente de acordo com medição realizada pelos sistemas operacionais que identificam as informações para reconhecimento contábil e apropriação aos devidos componentes da receita.

I. Receitas e despesas financeiras:
Receitas financeiras da Companhia compreendem principalmente juros sobre investimentos realizados pela Companhia (incluindo aplicações financeiras), ajustes ao valor presente de ativos financeiros, alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método do custo efetivo.

Despesas financeiras compreendem principalmente despesas com juros e atualizações monetárias de financiamentos, alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado, perdas por ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros (*“impairment”*). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

m. Determinação do valor justo:
Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Outros passivos financeiros não derivativos:
O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras nem planeja adotá-las de forma antecipada.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes): A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação. A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros): A *IFRS 9 substitui as orientações* existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos): A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia ainda não efetuou nenhuma avaliação do potencial impacto da adoção da IFRS 15 em suas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Bancos	589	1.158
Aplicações financeiras	1.555	509
	2.144	1.667

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósito bancário, remunerados pela variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço. Os valores de aplicação apresentados estão líquidos de IRRF, que é devido somente no resgate, mesmo que parcial, da aplicação financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na nota explicativa 32.

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

	2016	2015
Cauções de fornecedores	565	446
	565	446

As aplicações financeiras correspondem a valores de garantia de prestação de serviços e entrega de materiais contratados com fornecedores através de processos licitatórios, conforme Lei 8.666/93.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na nota explicativa 32.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante	2016	2015
Contas a receber de clientes	49.841	43.277
Renegociação de contas a receber	7.643	6.882
Clientes - acordos judiciais	209	158
Provisão por ajuste de competência	10.109	10.005
(-) Contas a receber de clientes em perdas	(20.656)	(18.565)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.069)	(6.901)
Contas a receber de clientes - circulante	39.077	34.856
Não Circulante		
Renegociação de contas a receber	732	1.153
Clientes - acordos judiciais	–	41
Contas a receber de clientes - não circulante	732	1.194
Total das contas a receber incluindo perdas e provisão para perdas	39.809	36.050

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimentos, exceto provisões e perdas com clientes:

	2016	2015
Créditos a vencer	31.762	31.843
Créditos em atraso até 2 meses	5.360	2.478
Créditos em atraso acima de 2 meses até 4 meses	1.956	1.021
Créditos em atraso acima de 4 meses até 6 meses	1.053	703
Créditos em atraso acima de 6 meses até 8 meses	721	509
Créditos em atraso acima de 8 meses até 10 meses	689	450
Créditos em atraso acima de 10 meses	26.993	24.512
	68.534	61.516

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e baixas para perdas estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	(26.847)
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.614
Baixa efetiva de títulos vencidos	(233)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(25.466)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.168)
Baixa efetiva de títulos vencidos	(2.091)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(28.725)

8. ESTOQUES

	2016	2015
Almoxarifados	7.697	9.647
	7.697	9.647

A Companhia registra os itens de estoque pelo seu valor líquido dos impostos indiretos (PIS/COFINS) controlando estes impostos em contas específicas de compensação e impostos a pagar.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2016	2015
PIS/COFINS sobre imobilizado	1.398	2.201
Impostos a compensar	98	204
	1.496	2.405
Ativo circulante	1.074	2.363
Ativo não circulante	422	42

16. CONCESSIONÁRIA DE TRATAMENTO DE ESGOTO

Refere-se ao montante devido à Companhia Saneamento de Jundiáí a título de repasse de 95% dos valores medidos pela Companhia de acordo com a tarifa referencial de serviço, relativo ao tratamento de esgoto no Município de Jundiáí, o contrato tem prazo de validade até 30 de abril de 2031 e dentre os principais obrigações estão: a) Regulamentar, orientar, coordenar e supervisionar sob aspecto técnico, operacional, contábil e legal, a execução das obras e serviços da Concessão, podendo contar para o melhor exercício destas atividades com a colaboração dos usuários; b) Exercer a fiscalização e acompanhar os serviços de controle de qualidade e da execução das obras e serviços, organizados e operados pelo Concessionário, de modo que o sistema se mantenha sempre adequado aos interesses das partes e dos usuários; e c) Conhecer e acompanhar o desempenho do Concessionário através de auditagens, inspeções, relatórios e balanços periódicos.

	2016	2015
Companhia Saneamento de Jundiáí - CSJ	11.241	8.425
	11.241	8.425

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2016	2015
COFINS	862	572
Retenções sobre serviços de terceiros	496	422
PIS	187	124
IRPJ	16	–
CSLL	8	–
Outros	1	29
	1.570	1.147

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS

	2016	2015
Provisões de férias	5.571	5.402
INSS a recolher	995	782
IRRF sobre salários a recolher	280	386
FGTS a recolher	256	254
Outros	81	99
	7.183	6.923

19. ADIANTAMENTO DE CLIENTES - PROJETO CERJU

Refere-se ao valor devido às indústrias do Município de Jundiáí, decorrente do contrato de participação no projeto CERJU - Comitê de Recuperação da Baía do Rio Jundiáí. O "Projeto CERJU" foi elaborado através de esforço integrado do Município de Jundiáí, do Governo do Estado de São Paulo e da iniciativa privada local. Às indústrias que participaram do projeto com investimentos, foi garantido um abatimento em suas contas futuras de água e esgoto igual à quantidade investida, através de descontos a serem concedidos nas contas de tarifas de serviços de água e esgoto pelo prazo de 10 anos, a partir de outubro de 1998, aplicando-se sobre o montante total o percentual de 4,8% a.a. nos dois primeiros anos e 11,3% a.a. nos oito anos restantes.

O montante adiantado também é atualizado de acordo com o índice de reajuste de tarifa de água e esgoto, estabelecido pelo Município. Os valores representados em longo prazo referem-se às empresas credoras que não estão consumindo água tratada para poder a Companhia conceder o abatimento em suas contas, ou ainda por fazerem parte da massa falida.

	2016	2015
Passivo circulante	162	231
Passivo não circulante	6.500	6.500
	6.662	6.731

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

|--|

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 03.582.243/0001-73

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social registrados no resultado dos exercícios de 2016 e 2015:

	2016			2015		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro/ (prejuízo) do exercício antes dos impostos	5.168	5.168		(5.456)	(5.456)	
Alíquota vigente	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(1.292)	(465)	(1.757)	–	–	–
<i>Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes</i>	787	304	1.091	2.442	989	3.431
<i>IR fonte e outras deduções</i>	116	–	116	–	–	–
Compensação de prejuízos fiscais	(227)	77	(150)	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(162)	(84)	(246)	2.442	989	3.431
Imposto de renda e contribuição social:						
Correntes	(413)	(179)	(592)	–	–	–
Diferidos	251	95	346	2.442	989	3.431
Total dos impostos correntes e diferidos	(162)	(84)	(246)	2.442	989	3.431
Alíquota efetiva	3%	2%	5%	45%	18%	63%

→

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas - efeito anual no resultado

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa anual de juros efetiva em 31/12/16	Cenário Provável %	Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%		
					Valor	%	Valor	%	Valor
Instrumentos financeiros passivos	11.340	Variação UPB/CDI	13,03	13,03	1.477	16,29	1.846	19,55	2.216

Risco de taxa de juros sobre financeiros - depreciação das taxas efeito anual no resultado

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa anual de juros efetiva em 31/12/15	Cenário Provável %	Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%		
					Valor	%	Valor	%	Valor
Instrumentos financeiros passivos	16.525	Variação UPB/CDI	7,05	7,05	1.165	8,81	1.456	10,57	1.747

Fonte:

UPB - Caixa Econômica Federal

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

31 de Dezembro de 2016				
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	2.144	–	–	2.144
Investimentos financeiros	565	–	–	565
Contas a receber	–	39.809	–	39.809
Outros créditos	–	840	–	840
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	–	–	11.340	11.340
Fornecedores	–	–	4.833	4.833
Outros passivos	–	–	16.169	16.169
Outros passivos não circulantes	–	–	6.500	6.500
	2.709	40.649	38.842	82.200
31 de Dezembro de 2015				
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.667	–	–	1.667
Investimentos financeiros	446	–	–	446
Contas a receber	–	36.050	–	36.050
Outros créditos	–	881	–	881
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	–	–	16.525	16.525
Fornecedores	–	–	4.053	4.053
Outros passivos	–	–	14.420	14.420
Outros passivos não circulantes	–	–	6.500	6.500
	2.113	36.930	41.498	80.541

Valores estimados de mercado: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 para os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, que abrangem principalmente

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição aos seguintes riscos:

- Riscos de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. O total da exposição da Companhia sobre o risco de crédito, líquido das perdas efetivas era de R\$ 47.878 em 2016 (42.950 em 2015). A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$ 8.069, representando 16,85% do saldo de contas a receber em aberto. Já em 31 de dezembro de 2015, esta provisão era de R\$ 6.901, equivalentes a 16,06%. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas.

Risco de liquidez: Decorre da administração do capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. A nota explicativa 14 apresenta o cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimentos, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, a valor nominal.

Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos. A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, no caso os empréstimos e financiamentos. Nos quadros abaixo são considerados três cenários de taxas de juros com os respectivos impactos nos resultados. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Foram apresentados ainda mais dois cenários com apreciação e deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa anual de juros efetiva em 31/12/16	Cenário Provável %	Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%		
					Valor	%	Valor	%	Valor
Instrumentos financeiros passivos	11.340	Variação UPB/CDI	13,03	13,03	1.477	16,29	1.846	19,55	2.216

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa anual de juros efetiva em 31/12/15	Cenário Provável %	Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%		
					Valor	%	Valor	%	Valor
Instrumentos financeiros passivos	16.525	Variação UPB/CDI	7,05	7,05	1.165	8,81	1.456	10,57	1.747

←

contas a receber e partes relacionadas, bem como para o grupo de Passivo a Custo Amortizado que abrange principalmente, fornecedores, outros passivos e partes relacionadas da Companhia, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do CPC 40 (R1) para estes casos as divulgações de valor justo não são exigidas.

Para determinação do valor justo dos empréstimos e financiamentos, a Companhia utilizou taxas de juros para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na taxa do último contrato de empréstimo firmado em 2015 com a Caixa Econômica Federal, e considera o cálculo como nível 2 de acordo com a hierarquia de valor justo descrita abaixo. O valor justo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 11.354 (R\$ 11.340 a valor contábil).

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, nº 27A.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

31 de Dezembro de 2016				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	–	2.144	–	2.144
Instrumentos financeiros	–	565	–	565
	–	2.709	–	2.709

31 de Dezembro de 2015				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	–	1.667	–	1.667
Instrumentos financeiros	–	446	–	446
	–	2.113	–	2.113

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reajuste tarifário: As tarifas de água e esgoto serão reajustadas em 8,06% e os demais serviços em 6,99% em relação as tarifas praticadas em 2016, conforme Resolução ARES-PCJ nº 180 de 30 de março de 2017 publicada em 31 de março de 2017. Conseqüentemente, esta ação impactará positivamente a receita líquida da Companhia a partir de maio de 2017.

Isensão de tributos estaduais (IPVA): Em fevereiro de 2017, a Companhia obteve decisão final transitado em julgado favorável no processo de imunidade tributária recíproca para tributos estaduais, referente ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Como os benefícios retroagem 5 anos à entrada do processo, a DAE efetuará o pedido de restituição dos valores pagos entre 2008 e 2017, estimados em R\$ 791.

DIRETORIA	RESPONSÁVEL TÉCNICO
EDUARDO SANTOS PALHARES Diretor Presidente	LIDIANE CRISTINA PUPO SANTOS Contadora - CRC 1SP243864/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

DAE S.A. - Água e Esgoto

Jundiaí - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da DAE S.A. - Água e Esgoto (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DAE S.A. - Água e Esgoto (“Companhia”) em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito nas notas explicativas 3.d e 12, o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2016 possui na rubrica de imobilizado o montante de R\$ 243.476 mil (R\$ 243.331 mil em 2015). Exceto pela revisão efetuada nos exercícios de 2016 e 2015, a Companhia não efetuou a revisão da vida útil do ativo imobilizado com o propósito de determinar a necessidade ou não de alterar a vida útil para fins de depreciação, conforme determina o CPC 27 - Ativo Imobilizado e o ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado da data de adoção inicial dos pronunciamentos técnicos até o exercício de 2014. Se a revisão dos ativos tivesse sido efetuada no período de adoção inicial até o exercício de 2014, os elementos das demonstrações financeiras seriam afetados de forma relevante. Os efeitos da revisão da vida útil dos ativos sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não foram determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

→ continuação

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: Capital Social Autorizado importa R\$ 250.000, dos quais R\$ 207.715 encontram-se subscritos e integralizados no final dos exercícios de 2016 e 2015, sendo representadas por 80.937.712 ações ordinárias e 126.777.267 ações preferenciais nominativas de valor nominal R\$ 1,00 (um real).

	2016	2015
Reserva legal	2.160	1.914
Reserva de lucro a destinar	43.305	38.629
	45.465	40.543

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucro a destinar

A reserva de lucros a destinar está composta do lucro líquido do exercício somados a lucros de exercícios anteriores que serão destinados posteriormente para aumento de capital social ou distribuição de dividendos, a destinação da reserva de lucros é aprovada pela sua controladora, a Prefeitura Municipal de Jundiaí.

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2016	2015
Receita operacional bruta	259.618	209.847
Receitas de serviços	259.618	209.847
Deduções	(32.886)	(31.643)
Cancelamentos e abatimentos	(9.791)	(13.539)
Impostos incidentes sobre a receita de serviços	(23.095)	(18.104)
Receita operacional líquida	226.732	178.204

27. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2016	2015	
Serviço de tratamento de esgoto (Concessionária)	53.738	44.829	(i)
Despesas com pessoal	28.980	26.507	
Serviços de terceiros - Pessoa jurídica	17.333	14.338	(i)
Energia elétrica	12.707	15.625	(i)
Despesas com pessoal PMJ (nota 24)	11.838	11.507	
Depreciações e amortizações	8.063	7.813	
Material de tratamento água	5.551	5.094	(i)
Material auxiliar e de consumo	1.865	1.971	(i)
Cobrança pelo uso da água - SEMA/ANA	1.726	1.409	
Manutenções	1.330	1.779	(i)
Outros	3.938	3.221	
	147.070	134.093	

(i) Reclassificação imaterial de créditos de Pis e Cofins das depesas administrativas e comerciais para o custo no montante de R\$ 8.347 sendo R\$ 4.569 em Serviço de tratamento de esgoto; R\$ 1.462 em serviços de terceiros; R\$ 1.593 em energia elétrica; R\$ 519 em materiais para tratamento de água; R\$ 201 em material de consumo; e R\$ 6 em manutenções.

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

	2016	2015	
Despesas com pessoal	25.986	18.068	
Serviços de terceiros - Pessoa jurídica	22.940	19.065	(i)
Despesas com pessoal PMJ (nota 24)	11.686	7.986	
Perdas com incobráveis	3.000	(1.614)	
Publicidade	1.877	1.265	
Custos de cobrança	1.389	1.226	
Depreciações e amortizações	748	685	
Provisão para contingências	129	(178)	
Taxa ARES-PCJ	510	546	
Outros	6.414	4.736	
	74.679	51.785	

(i) Reclassificação imaterial de créditos de Pis e Cofins das despesas administrativas e comerciais para o custo no montante de R\$ 8.347.

29. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2016	2015
Reversão de baixas para perdas	735	1.238
Receita por venda de imobilizado	128	205
Aprovação contrato PCJ (nota 21)	–	528
Sentenças judiciais	(241)	(548)
Outros	105	66
	727	1.489

30. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2016	2015
Despesas financeiras		
Juros pagos ou incorridos	2.094	1.243
Despesas bancárias	449	501
Atualização monetária das obrigações	366	273
Multas por atraso de pagamento	260	–
Outras	6	2
	3.175	2.019
Receitas financeiras		
Juros recebidos ou auferidos	(1.600)	(1.752)
Receita de multas por atraso de pagamentos	(834)	(600)
Receitas de aplicações financeiras	(270)	(388)
(–) PIS e Cofins s/Receitas financeiras	128	55
Outras	(57)	(62)
	(2.633)	(2.748)
Resultado financeiro, líquido	542	(729)